

**NORMAS OITOCENTISTAS EM CONFRONTO:
VARIEDADES CULTAS, VARIEDADES POPULARES
E CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Camila Santos de Oliveira (UNEB)

millasantos94@gmail.com

Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB)

pdsouza@uneb.br

RESUMO

No presente estudo, que se inscreve no âmbito do projeto de pesquisa “Exercitando a arte de interpretar ou para fazer o melhor uso de maus dados: a sintaxe da concordância na história do português brasileiro”, analisamos o fenômeno da concordância verbal em português, a partir de *corpus* constituído por cartas particulares, em edição semidiplomática, do Recôncavo Baiano, extraídas de Lobo (2001), datadas do século XIX. A análise do *corpus*, fundamentando-se nos pressupostos da teoria da variação e mudança linguísticas, envolve uma descrição do perfil sociolinguístico dos informantes, representantes de variedades cultas e variedades populares, e os respectivos contextos linguísticos e extralinguísticos favorecedores da aplicação da regra variável de concordância verbal no português brasileiro oitocentista, o que pode contribuir para uma explicação e/ou compreensão dos usos atuais e, conseqüentemente, uma diminuição do preconceito linguístico quanto/em relação ao uso de variantes estigmatizadas.

Palavras-chave: Concordância verbal. Variação. Português brasileiro. Sócio-história

1. Sobre a concordância verbal no português brasileiro

No português brasileiro, observamos, quanto ao fenômeno da concordância verbal, a coexistência de um sistema de regras categóricas, que prevê, de forma idealizada, a realização da concordância de número entre o sujeito e o verbo da oração e outro sistema de regras variáveis. A perspectiva normativo-prescritiva assumida pela gramática normativa focaliza o caráter categórico de usos da concordância verbal, desconsiderando o caráter variável desses usos linguísticos, embora apresente casos facultativos, que atestam a variabilidade desse fenômeno linguístico.

Contrapondo à visão apresentada pela gramática normativa, a variação da concordância verbal no português brasileiro tem sido objeto de investigação de muitos pesquisadores, desde os trabalhos pioneiros de Lemle e Naro (1977), sobretudo fundamentando-se nos princípios de uma sociolinguística de orientação laboviana. No entanto, mesmo lançando mão de aporte teórico comum, muitos desses estudos têm chegado a conclusões diversas.

Em estudo sobre a concordância verbal, Santos (2011), no artigo “Concordância verbal e suas variáveis”, discute sobre as possíveis variáveis linguísticas e extralinguísticas, quais sejam, posição do sujeito em relação ao verbo, elementos intervenientes na relação entre sujeito e verbo, localidade, escolaridade, variáveis essas que se mostraram relevantes em investigações sobre a concordância realizados por diversos pesquisadores. Por fim, a autora faz um embate entre as visões normativa e variacionista, concluindo que

todas as pesquisas (...) nos mostram uma visão geral do quadro sociolinguístico sobre a CV no Brasil e ratificam a variabilidade da língua e o condicionamento relevante de fatores internos e externos ao sistema linguístico, comprovando, portanto, que a abordagem normativa da língua está longe de dar conta dessa heterogeneidade linguística a partir de regras que só levam em consideração apenas uma única forma da língua, a padrão.

Nesse sentido, a língua caracteriza-se por ser viva, móvel e heterogênea e não de natureza estática e homogênea, apresentando, assim, variação.

No artigo “Concordância variável em português: a situação no Brasil e Portugal”, Naro e Scherre (2007) discutem a origem da variação de concordância a partir de dados do português medieval, buscando uma compreensão sobre a variação nessa fase da língua que lance luz sobre a questão das origens e natureza do português brasileiro, o que pode nos levar a uma possível explicação dos usos atuais, como defendem os próprios pesquisadores, uma vez que as variáveis que se mostraram significativas no *corpus* analisado são as mesmas evidenciadas para o português brasileiro contemporâneo.

Numa perspectiva de análise da concordância verbal na dimensão diacrônica, em dissertação de mestrado intitulada “Concordância verbal em português: o que nos revela o período arcaico?”, Souza (2005) investigou a variação da concordância verbal na primeira fase do período arcaico da língua portuguesa – séculos XIII e XIV –, a partir de um *corpus* constituído por textos literários e não literários (oficiais, particulares e institucionais) representativos da produção medieval portuguesa. Os dados, submetidos ao programa VARBRUL, confirmaram a existência de uma regra sintática variável já nessa fase do período arcaico, definida pela influência de fatores de ordem morfo-fônica, sintática e semântica, além de social. Com base nos resultados, verbo inacusativo, menor nível de saliência, posposição ao verbo, sujeito [- humano], texto literário e sujeito realizado tendem a desfavor a aplicação da regra de concordância verbal. Esses resultados levaram à conclusão de que a variação na pri-

meira fase do período arcaico não é aleatória, mas condicionada por fatores que também têm sido considerados relevantes para a variação no português brasileiro.

Ainda, segundo Souza (2005), a observação e análise dos dados retirados do *corpus* possibilitaram generalizações sobre o fenômeno da concordância verbal, levando em consideração as próprias limitações que estudos diacrônicos impõem ao pesquisador. Embora o peso do *input* seja menor, o comportamento das variáveis é o mesmo observado no português contemporâneo, como pontuado pelo pesquisador, revelando a importância da *princípio da uniformidade* para a compreensão do fenômeno variável.

Monguilhott e Coelho (2002), por sua vez, em artigo intitulado “Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis”, discutem a concordância verbal fundamentando-se no quadro teórico da sociolinguística paramétrica e utilizam, como *corpus* da pesquisa, entrevistas de vinte quatro informantes da cidade de Florianópolis, de origem açoriana e estratificados a partir das variáveis sociais sexo, idade e escolarização. Segundo as autoras, a escolha desse quadro teórico justifica-se na medida em que se tenta “explicar uma variação interna ao português Brasileiro” (p. 190), a partir da conciliação dos pressupostos metodológicos da teoria da variação linguística com o modelo chomskyano de princípios e parâmetros, além de contribuir com o “projeto de descrição do português falado na Região Sul”. Para Monguilhott e Coelho, uma das grandes contribuições da pesquisa que desenvolveram foi verificar que a “a inacusividade é um dos ambientes favorecedores da não-marcação da concordância verbal” (p. 213), abrindo caminho para a análise de uma nova variável linguística.

Embora assumindo posturas teóricas diferentes, a partir de *corpus* de natureza diversa, os trabalhos aqui sintetizados apresentam um ponto em comum: atestam a variação da concordância verbal em português, independente da sincronia tomada como arco temporal, divergindo, assim, da perspectiva normativo-prescritiva adotada pelas gramáticas.

2. Do oral para o escrito: o estudo de fases pretéritas da língua

Estudar a língua sob a dimensão histórica, considerando que o olhar sobre fases pretéritas só é possível através de textos escritos, exhibe certas limitações, pois, como ressalta Maia (2002, p. 234), tais testemu-

nhos linguísticos “consistem no fato de serem parciais, fragmentários, escassos e de limitado alcance sociolinguístico”, uma vez que se desconhecem as características sociais dos que escreveram esses textos, ou se conhecem fragmentariamente, bem como são limitadas as informações da comunidade onde se encontravam inseridos.

Considerando essa questão, a linguística histórica se configura como uma disciplina de interpretação, cabendo ao linguista histórico a tarefa de selecionar, organizar e interpretar os dados que estiverem ao seu dispor, apoiando-se em perspectivas de análise e trajetórias que sejam possíveis. Dito de outra forma: “fazer o melhor uso de maus dados”, como definido por Labov (1982, p. 20). Ratificando essa concepção e limitações impostas àqueles que se propõem fazer um estudo histórico de sincronias passadas da língua, Maia (2002, p. 235-236) afirma que

Tendo-se a língua falada de fases pretéritas apagado há muito e não tendo sido possível conservar, por falta de meios adequados, exemplares genuínos desse tipo de manifestação linguística em períodos anteriores ao século XX, resta ao estudioso da história da língua a análise e interpretação dos materiais contidos nas fontes escritas. “Ouvir o inaudível”, estabelecer as relações e discernir as diferenças entre a língua escrita e a língua falada de cada etapa documentada constituem as questões nucleares e mais aceras da língua histórica.

Essa metáfora tomada aqui de Lass (1997, p. 45) – *hearing the inaudible*, ouvir o inaudível – define com propriedade a natureza dos dados com quais se debruçam aqueles que pesquisam no campo da linguística histórica. Podemos então afirmar que analisar dados de textos escritos em tempos pretéritos da língua, especificamente períodos anteriores ao século XX, exige uma interpretação e análise de fontes escritas, cabendo aos estudiosos da área fazer “o melhor uso de maus dados”, como já pontuado, e, por consequência, “questionar-se sobre que mudanças da língua oral terminam na língua escrita e a partir de que momento do respectivo processo evolutivo” (MAIA, 2002, p. 236), ou seja, saber relacionar e discernir as relações o oral e o escrito, refletindo sobre as mudanças da língua oral e as possíveis “marcas” desta na língua escrita.

Refletindo mais acerca das relações entre o “oral” e o “escrito”, Matos e Silva (2008a, p. 22) pontua que

Todos que trabalham com as línguas em perspectiva histórica sabem que a *representatividade* do *corpus* é a grande pedra no caminho: sobre que dados generalizar? São eles, os documentos do passado, os únicos informantes sobre o passado das línguas com escrita. Não dispomos do “falante nativo” para julgamentos de agramaticalidade/ gramaticalidade, aceitabilidade/não aceitabilidade.

Como observamos na afirmação, a pesquisadora aponta a “grande pedra no caminho” que deve ser enfrentada pelos que desejam adentrar os caminhos do estudo de sincronias passadas das línguas, uma vez que dados escritos possuem um “déficit” de informações quando se comparados à fala, mas se tratam de um valioso material linguístico, visto que não se tem dados da língua falada de períodos anteriores ao século XX.

As questões sinteticamente aqui suscitadas levam-nos a ratificar o ponto de vista já apresentado de que cabe aos estudiosos da história da língua “ouvir o inaudível”, ou seja, buscar nessas fontes escritas dados empíricos “que confirmarão ou não as teorias e que permitem rastrear e em parte reconstruir o seu uso vivo” (MATTOS E SILVA, 2008b, p. 45), fazendo, assim, “o melhor uso de maus dados”. Tarefa sobre a qual também nos debruçamos ao realizarmos nossa investigação sobre os usos da concordância verbal no português brasileiro oitocentista, a partir de dados retirados de textos epistolares.

3. *Português brasileiro e usos linguísticos em cartas oitocentistas*

O *corpus* da presente pesquisa constitui-se de 61 cartas particulares, em edição semidiplomática, do Recôncavo Baiano, extraídas de Lobo (2001), datadas do século XIX, especificamente referentes ao arco temporal de 1818 a 1883, uma amostra primorosa para a realização de estudos dentro de uma perspectiva sociolinguística, na medida em que é possível determinar, na ampla maioria dos casos, onde, quando, por quem e para quem os textos foram escritos.

Esse conjunto de cartas, editadas por Lobo (2001), faz parte de um *corpus* geral diacrônico para o estudo da constituição histórica do português brasileiro, contendo um subconjunto de documentos escritos por imigrantes portugueses e um subconjunto de documentos escritos por brasileiros predominantemente pertencentes ou à elite, ou ao grupo social que lhe é imediatamente próximo na hierarquia social. No subconjunto escrito por remetentes brasileiros, há exemplares que se podem considerar representativos de variedades populares do português brasileiro, o que ocorre ou pelo fato de haver escribas pertencentes a estratos sociais inferiores, ou pelo fato de haver escribas pouco escolarizados e/ou com baixo grau de letramento entre os brasileiros ditos da elite.

Conforme Lobo (2001), das 158 cartas editadas, que se encontram preservadas no Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro, cujo

tema mais recorrente destas é a vida financeira e os negócios do convento, 154 foram escritas na Bahia, predominantemente na região do Recôncavo, e 29 cartas foram escritas na cidade do Salvador. Em 32 cartas, não há indicação do local onde foram escritas. São 54, no total, os remetentes das cartas. Mas, como se trata de uma pesquisa em andamento, foi retirado desse conjunto um total de 63 cartas, escritas por 15 remetentes, para a realização do presente estudo. Do *corpus* selecionado para o presente trabalho, 51 cartas foram escritas na Bahia e em 12 cartas não há localização.

A observação dos dados extraídos dessas cartas permite-nos identificar alguns contextos que desfavorecem a aplicação da regra de concordância no *corpus* diacrônico selecionado. Do total de 243 ocorrências de contextos de 3ª pessoa do plural, identificamos 10 dados sem marcação explícita de plural dos verbos das sentenças, correspondendo a 4,1%, o que, de início, levou-nos a pensar sobre a relevância de tais ocorrências. Em contrapartida, a análise dos contextos que desfavorecem as marcas explícitas nas cartas que constituem o *corpus* possibilitou observarmos uma coincidência com os contextos apontados pelos estudos sobre dados da língua falada. Listamos abaixo os dados de não aplicação das regras de concordância extraídos das cartas oitocentistas:

- (1) Vossa *Senhoria* sabe, tem dias, *que* ella, esua/ escrava **anda** dedispeza dequatro *patacas* (C6 r1)⁶¹
- (2) sendo os/ *Capitães* em debito con[trata]dos à juro/ da Ley [?], quando **era** de 5% (C3 r7)
- (3) nem francisco *Ignácio/ enem* adonana **quis** me em tregar as teras (C5 r16)
- (4) vi serirar porSertidão toudos/ osdeComentos destes negocios **eseremeteu para** as ferra (C5 r16)
- (5) as/ freras não tem aresevido ja alguns pagamentos/ eLas **pode** Sequexar (C6 r16)
- (6) aodito *Senhor Li/ ma* conjuntamente com seus feitos praticados e/ que esta praticando com suas enthiadas, acujos dotes/ **pertence** esses 2000\$000 (C19 r25)
- (7) *pois* com historias/ de ballanso que se **está** dando nem tenho *quemmande; a /* assim como do mais (C22 r25)

⁶¹ A especificação “C6” corresponde ao número da carta, conforme edição de Lobo (2001) e “r1” ao remetente (informante). Nos demais dados, seguimos a mesma orientação.

- (8) Digo isto ares/ peito do negocio dadevida do lacerda, o qual dehum/ para outro dia **pode** occorrer couzas que não poça ir a/ efeito (C47 r25)
- (9) para outro dia pode occorrer couzas que não **poça** ir a/ efeito (C47 r25)
- (10) Ficando hua letra de 1:163\$334 areceber/ em Mar[ço], cujas vencidas com o juro **mo[n]ta** em/ 5:026\$663, estudo 6:194\$997 (C50 r25)

A primeira variável que nos chama a atenção é a saliência fônica. A atuação dessa variável tem se revelado como de grande relevância para a compreensão da variação da concordância verbal em dados da língua falada, como atestam os diversos estudos na perspectiva da sociolinguística variacionista. Especificamente quanto ao nosso estudo, nos ocorrências (1), (2), (5), (6), (7), (8), (9) e (10), as formas verbais menos salientes, cuja diferença entre a terceira pessoa do singular e a do plural é apenas marcada pela nasalidade, a exemplo de *anda ~ andam*, *era ~ eram*, *pode ~ podem*, favorecem a não aplicação da regra de concordância. Assim, de dez dados sem concordância, em oito, a diferença entre as formas singular e plural dos verbos é menos saliente, atestando a relevância dessa variável para o fenômeno em questão. Dos dados nos quais não se segue o padrão normativo da concordância, apenas há duas ocorrências de formas mais salientes (*quis ~ quiseram*; *eseremeteu ~ eseremeteram*) que não exibem as marcas explícitas de plural.

Analisando os dados quanto à variável posição do sujeito em relação ao verbo, que também tem sido relevante para uma compreensão da variação em questão na língua falada, verificamos que, nas ocorrências do *corpus* escolhido para o presente estudo, apenas os dados (6) e (8) apresentam não concordância com sujeito posposto. De início, esperaríamos que a posposição do sujeito favorecesse a não concordância, haja vista ser um contexto que se mostra relevante quanto à não aplicação da regra de concordância nas pesquisas com dados de fala.

Um fator de natureza semântica que tem mostrado influência nos estudos sobre o fenômeno linguístico da concordância é a animacidade, ou seja, a caracterização semântica do sujeito quanto ao traço [humano], sendo que sujeitos com o traço [+ humano] favorecem a explicitação das marcas enquanto o traço [- humano] desfavorece a presença dessas marcas. Ao analisar a interação entre o traço de número e o traço [humano] do sujeito no controle da concordância em dados de documentos do português do século XIII ao XVI, Scherre e Naro (1998, p. 67) defendem que “o traço [humano] é extremamente poderoso na determinação de marcas de número no verbo”. Em nosso *corpus*, observamos que o traço [-humano] do sujeito, evidenciado nas ocorrências (2), (4), (6), (7), (8),

(9) e (10), parece não favorecer a aplicação da regra de concordância, atestando assim o mesmo comportamento dos dados de língua falada, nos quais esse traço tem desfavorecido a explicação das marcas formais nos verbos de 3ª pessoa do plural.

Uma questão posta pela teoria da variação e mudança linguísticas diz respeito à correlação entre fatores linguísticos e sociais na explicação dos usos linguísticos. Quanto à nossa investigação, dos 15 remetentes tomados como informantes para a realização do presente trabalho, apenas 4 apresentaram, em suas cartas, usos de não aplicação das regras de concordância verbal conforme prescrito nos manuais de gramática normativa. Entre estes, apenas um informante é do sexo feminino.

Sobre a primeira remetente (r1), Ana Maria Constança do Coração de Maria, tomados aqui como informantes, Lobo (2001) chama a atenção para o fato de se tratar de uma religiosa, o que se revela como informação importante, visto que as práticas de escrita não eram comuns entre as mulheres; quanto ao segundo informante (r7), Barão de Cajuá, trata-se de um senhor de engenho e militar; o terceiro remetente (r16), Frutuoso de Azevedo Pereira, também é um senhor de engenho; o último informante (r25), João Pinto Leite, é identificado como um negociante, de Santo Amaro da Purificação. Quanto a este informante, vale destacar que, dos 10 dados sem marcas explícitas de concordância, 5 foram retirados de cartas escritas por ele, ou seja, 50% dos dados aqui discutidos, o que se justifica na medida em que, considerando o *corpus* total da pesquisa constituído por 158 cartas, 51 foram escritas por esse remetente, enquanto que, no *corpus*, há remetentes dos quais só temos uma carta, limitando assim a nossa análise sobre seus usos linguísticos e levando-nos a, de fato, buscar “fazer o melhor uso de maus dados”.

A ampliação das discussões aqui apresentadas e a análise de outras variáveis se fazem necessárias, haja vista a lacuna existente quanto ao estudo da concordância numa dimensão histórica, fato que já se encontra mais consolidado quando se trata de dados representativos de língua falada, em espaços diversos do português brasileiro atual.

4. Considerações finais

Podemos considerar, a partir da análise desses dados de não aplicação da regra de plural, um baixo percentual quando se comparado aos dados de aplicação da regra, mas o que parece ser um fator de pouca re-

levância nos revelou, pela análise dos contextos que se mostraram similares com o português contemporâneo, uma possível explicação para os usos atuais, evidenciando que a variação na concordância verbal não é um fenômeno restrito ao português “falado” na presente sincronia, ou seja, no português oitocentista, já podemos atestar a existência de uma regra variável de concordância verbal.

Como se trata de uma pesquisa em andamento, no presente estudo, apresentamos os indícios da análise que estamos realizando no âmbito do projeto de pesquisa “Exercitando a *arte de interpretar* ou *para fazer o melhor uso de maus dados*: a sintaxe da concordância na história do português brasileiro”. Para dar continuidade ao trabalho de investigação, os dados totais, retirados das cartas oitocentistas, serão submetidos à análise de outras variáveis linguísticas, como realização do sujeito, tipo de verbo, paralelismo linguístico, além das variáveis aqui apresentadas, quais sejam saliência fônica, posição do sujeito em relação ao verbo e caracterização semântica do sujeito. Também submeteremos os dados a variáveis sociais, a exemplo da variável sexo.

Acreditamos, dessa forma, contribuir para uma explicação e/ou compreensão do português nos caminhos de sua história quanto à sintaxe da concordância, que pode lançar luz sobre os usos atuais e, conseqüentemente, possibilitar uma diminuição do preconceito linguístico quanto/em relação ao uso de variantes estigmatizadas, como o fenômeno linguístico aqui apresentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LABOV, William. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Orgs.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982, p. 17-92.

LASS, Roger. *Historical Linguistics and Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LOBO, Tânia. *Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX*. 2001. – Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAIA, Clarinda de Azevedo. Dos textos escritos à história da língua. *Conferência*. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, 2002. p. 231-234.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Do escrito para o falado no período arcaico. In: _____. *O português arcaico: uma aproximação*. vol. I: léxico e morfologia. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008b. p. 42-45.

_____. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n° 3, Niterói, p. 11-30, 2008a.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva; COELHO, Izete Lehmkuhl. Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação e mudança no português falado na região sul*. Pelotas: Educat, 2002. p. 189-216.

NARO, Anthony Julius; SHERRE, Maria Marta Pereira. *Garimpo das origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, n. 1, p. 45-71, 1998.

SANTOS, Renata Livia de Araújo. Concordância verbal e suas variáveis. *Interdisciplinar*, ano VI, v. 14, p. 101-110, jul-dez/2011.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. *Concordância verbal em português: o que nos revela o período arcaico?* 2005. – Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.